



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Núcleo Permanente de *Métodos Consensuais de Solução de Conflitos* –
NUPEMEC**

EDITAL NUPEMEC TJES Nº 05/2024 PUBLICADO EM 26 DE MARÇO DE 2024 E
REPUBLICADO EM 02 DE ABRIL DE 2024.

PROCESSO SELETIVO PARA CREDENCIAMENTO DE MEDIADORES E
CONCILIADORES JUDICIAIS REMUNERADOS PELO PODER JUDICIÁRIO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROVA OBJETIVA

Nome (legível e sem abreviaturas):

Local de prova: _____

ATENÇÃO, CANDIDATO: favor assinar todas as páginas desta prova.

1) Com base na política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses preconizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e consolidada em resoluções e publicações diversas, pode-se afirmar que a conciliação no Poder Judiciário busca:

- I - Utilizar técnicas persuasivas, impositivas ou coercitivas para se alcançarem soluções.
- II - Visar a uma solução construtiva para o conflito, com enfoque prospectivo para a relação dos envolvidos.
- III - Utilizar-se de técnicas multidisciplinares para permitir que se encontrem soluções satisfatórias no menor prazo possível;

Sobre as afirmações acima:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

Assinatura: _____

2) Sobre as sessões individuais ou privadas na sessão de mediação, marque a alternativa INCORRETA:

- A) O mediador possui a prerrogativa de realizar sessões individuais com as partes conforme considerar conveniente.
- B) São um recurso que o mediador deve empregar, sobretudo, no caso de as partes não estarem se comunicando de modo eficiente ou na hipótese de um elevado grau de animosidade entre as partes.
- C) Em regra, a validação de sentimentos ocorre em sessões individuais.
- D) O mediador poderá divulgar à outra parte tudo o que foi falado na sessão individual, independentemente de consentimento.
- E) Em regra, os advogados devem participar da sessão individual com seus respectivos clientes e enquanto estiverem fora da sala de mediação devem permanecer ao lado de seus constituintes.

3) Não é considerada uma das técnicas ou ferramentas aplicadas à mediação:

- A) Recontextualização.
- B) Escuta ativa.
- C) Teste de realidade.
- D) Identificação das propostas implícitas.
- E) Teste de pacificação.

4) Nos termos do art. 2º da Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação), a mediação será orientada pelos seguintes princípios, EXCETO:

- A) Imparcialidade do mediador.
- B) Isonomia entre as partes.
- C) Má-fé.
- D) Autonomia da vontade das partes.
- E) Confidencialidade.

5) De acordo com a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos são coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, com as seguintes atribuições, entre outras:

I - Implementar, no âmbito de sua competência, a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta Resolução.

Assinatura: _____

II - Instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos.

III - Criar e manter cadastro de mediadores e conciliadores, de forma a regulamentar o processo de inscrição e de desligamento.

Sobre as afirmações acima:

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

6) Dentre as atribuições do Mediador Judicial, relacionadas com a direção da sessão de mediação e com o atendimento às partes, de acordo com o Manual de Mediação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), marque a alternativa INCORRETA:

- A) Redigir os termos do acordo, submetendo-os à homologação do Juiz togado, está entre as atribuições do Mediador Judicial.
- B) Registrar, com detalhes, todos os diálogos ocorridos na sessão de mediação, além dos termos do acordo.
- C) Controlar a comunicação entre as partes, não permitindo que ela se realize de maneira ineficiente, está entre as atribuições do Mediador Judicial.
- D) Reduzir a termo os pedidos das partes está entre as atribuições do Mediador Judicial.
- E) Abrir e conduzir a sessão de mediação, sob a supervisão do Juiz togado, promovendo o entendimento entre as partes, está entre as atribuições do Mediador Judicial.

7) Em relação aos mediadores, conforme disposição da Lei nº 13.140/2015, assinale a alternativa ERRADA:

- A) Ao mediador se aplicam as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz;
- B) O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes;
- C) O mediador poderá funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador;
- D) O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal;

Assinatura: _____

E) O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito.

8. Um dos princípios da mediação é a garantia de confidencialidade. Qual das seguintes ações está de acordo com esse princípio estabelecido pela Lei nº 13.140/2015 (Lei da Mediação)?

A) Revelar, sem o consentimento das partes, as informações compartilhadas durante a mediação.

B) Dar publicidade à declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada durante a sessão de mediação, sem consentimento das partes.

C) Permitir que o mediador que tenha, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, funcione como testemunha em processo judicial.

D) Utilizar as informações obtidas na sessão de mediação como prova em outros processos arbitrais ou judiciais.

E) Manter em sigilo todas as informações e documentos produzidos durante o processo de mediação, salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando a divulgação for exigida por lei ou necessária para o cumprimento do acordo.

9. No âmbito da mediação judicial, é essencial compreender os princípios éticos que regem a conduta dos mediadores. Com base no art. 1º do Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, qual das seguintes opções NÃO corresponde a um dos princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais?

A) Empoderamento

B) Validação

C) Coerção (gabarito: errado - sem previsão no Código de Ética)

D) Confidencialidade

E) Imparcialidade

10. O mediador, na sua atuação, deve agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente. Tal ação está alinhada com qual princípio fundamental do Código de Ética dos Conciliadores e Mediadores Judiciais?

Assinatura: _____

- A) Primazia da realidade
- B) Imparcialidade
- C) Validação
- D) Respeito à ordem pública e às leis vigentes
- E) Nenhuma das alternativas anteriores

11. O empoderamento consiste em princípio fundamental que rege a atuação dos mediadores e conciliadores judiciais. Nos termos disciplinados pelo Código de Ética (Anexo III da Resolução nº 125/2010 do CNJ) qual das seguintes práticas promove esse empoderamento?

- A) Desencorajar as partes a buscarem soluções criativas e personalizadas.
- B) Tomar decisões em nome das partes para acelerar o processo de mediação.
- C) Restringir a participação das partes nas discussões sobre o conflito.
- D) Estimular os interessados a aprenderem a melhor resolverem seus conflitos futuros em função da experiência de justiça vivenciada na autocomposição.
- E) Ignorar as demandas das partes e impor soluções pré-estabelecidas.

12. O conciliador e mediador judicial deve possuir qualificação que o habilite à atuação judicial, com capacitação na forma da lei, observada a reciclagem periódica obrigatória para formação continuada, bem como, deve velar para que eventual acordo entre os envolvidos no procedimento de conciliação/mediação não viole a ordem pública, nem contrarie as leis vigentes. De acordo com o Código de Ética dos Conciliadores e Mediadores Judiciais (Anexo III da Res. 125/2010 do CNJ) tais preceitos correspondem respectivamente aos princípios da:

- A) Competência e Legalidade
- B) Instrução e Respeito à ordem pública e às leis vigentes
- C) Capacitação e Legalidade.
- D) Instrução e Legalidade
- E) Competência e Respeito à ordem pública e às leis vigentes.

13. As regras que regem o procedimento da conciliação/mediação são normas de conduta a serem observadas pelos conciliadores/mediadores para o bom desenvolvimento daquele, permitindo que haja o engajamento dos envolvidos, com vistas à sua pacificação e ao comprometimento com eventual acordo obtido. De acordo com o que prevê expressamente o art. 2º do Anexo III da Resolução nº

Assinatura: _____

125/2010 do CNJ (Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais) são regras que regem o procedimento da conciliação/mediação EXCETO:

- A) Informação.
- B) Sujeição da vontade
- C) Ausência de obrigação de resultado
- D) Desvinculação da profissão de origem
- E) Compreensão quanto à conciliação e à mediação

14. O mediador/conciliador judicial, na condução do procedimento de mediação/conciliação, não deve forçar as partes a realizarem um acordo, nem deve tomar decisões pelos envolvidos, podendo, quando muito, no caso da conciliação, criar opções, que podem ou não ser acolhidas por eles. De acordo com o art. 2º do Anexo III da Resolução nº 125/2010 do CNJ (Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais) tal norma de conduta corresponde à regra da:

- A) Ausência de obrigação de resultado
- B) Transparência
- C) Informação
- D) Recontextualização
- E) Desvinculação da profissão de origem

15. De acordo com o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais (Anexo III da Resolução nº 125/2010 do CNJ) o descumprimento de seus princípios (art. 1º) e regras (art. 2º), bem como a condenação definitiva em processo criminal, resultará:

- A) na advertência do conciliador/mediador.
- B) na suspensão do conciliador/mediador do respectivo cadastro, pelo prazo de dez anos.
- C) no pagamento de multa pelo conciliador/mediador.
- D) na exclusão do conciliador/mediador do respectivo cadastro e no impedimento para atuar nesta função em qualquer outro órgão do Poder Judiciário nacional.
- E) nenhuma das alternativas anteriores.

Assinatura: _____

16. Com relação à mediação, assinale a alternativa correta:

- A) não é facultado às partes, suspender a sessão de mediação a qualquer tempo;
- B) considerando que o mediador exerce influência sobre a maneira de se conduzirem as comunicações ou de se negociar, as partes não devem se comunicar diretamente, durante a mediação;
- C) o mediador pode e deve contribuir para a criação de opções que superam a questão monetária ou discutir assuntos que não estão diretamente ligados à disputa, mas que afetam a dinâmica dos envolvidos;
- D) na mediação, as partes devem chegar a um acordo;
- E) neste tipo de processo autocompositivo as partes não têm o poder de decisão sobre as questões que os levaram até ali.

17. Sobre alguns dos objetivos do CNJ ao elaborar a Res.125/10, marque a alternativa correta:

- A) disseminar a cultura do litígio e estimular a prestação de serviços autocompositivos;
- B) incentivar os tribunais a se organizarem e planejarem programas amplos de autocomposição;
- C) apresentar os Cejuscs do Poder Judiciário como um centro de soluções com excessivo formalismo processual;
- D) que o jurisdicionado perceba os tribunais como locais onde estes terão impostas sobre si decisões ou sentenças e elevadas despesas com os litígios;
- E) que os tribunais não necessitem envidar esforços para atender o cidadão no âmbito pré-processual.

18. Consideram-se benefícios da utilização da mediação no processo judicial?

- A) Publicidade, propensão à solução do conflito como sendo uma questão pontual e preocupação com a humanização e sensibilização das partes;
- B) Maior sigilo, propensão à preservação do relacionamento e preocupação com a humanização e sensibilização das partes;
- C) Maior sigilo, propensão à preservação do relacionamento e incentivo ao litígio;
- D) Maior sigilo, propensão à preservação do relacionamento e maior desgaste emocional;
- E) Maior sigilo, propensão à dissolução do relacionamento e preocupação com a humanização e sensibilização das partes.

Assinatura: _____

19. Segundo Deutsch, processos construtivos possuem a seguinte característica:

- A) mesmo havendo conflito, neste tipo de processo não há a necessidade de que o mediador estimule as partes a desenvolverem soluções criativas;
- B) se houve impasse, não é necessário que o mediador reformule as questões;
- C) neste tipo de processo, nunca haverá necessidade que o mediador aborde além das questões juridicamente tuteladas, as questões que estejam influenciando a relação (social);
- D) neste tipo de processo não há necessidade de fortalecimento de relações sociais ou promoção de relacionamentos cooperativos que venham a prevenir ou resolver futuras controvérsias;
- E) seriam aqueles em razão dos quais as partes concluíram a relação processual com um fortalecimento da relação social preexistente à disputa.

20. Considerando a Moderna “Teoria dos conflitos”, podemos afirmar que:

- A) o conflito sempre consiste em um fenômeno negativo nas relações humanas;
- B) do conflito podem surgir mudanças e resultados positivos;
- C) não há possibilidade de se perceber o conflito de forma positiva;
- D) para o mediador lidar bem com um conflito é importante perceber qual pessoa está errada e qual está certa.
- E) falando sobre espiral dos conflitos, neste caso não é necessário que o mediador pense em “ação e reação”.